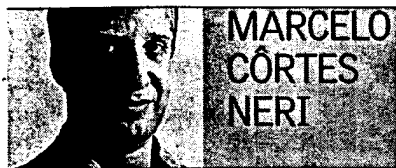


"A única coisa impossível no mundo é Deus pecar, o resto é possível."

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, provável candidato do partido à Presidência da República, ontem ao refutar acordo entre o PT e o PSB para o governo do RJ em 2002.

## O peixe, a vara e o fim da fome



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

O tema social marca o debate político brasileiro recente. Os termos injustiça social e miséria, têm freqüentado as entrevistas dos pré-candidatos presidenciais. A abordagem ao tema tem sido diversa. Indo desde elementos compensatórios associados à renda mínima de Suplicy, ao cheque-cidadão do Garotinho, e aos cupons de alimentação de Lula, lançado na versão zero do projeto Fome Zero no final de julho. No outro extremo do espectro de ações temos elementos estruturais, com destaque ao investimento nas pessoas, denominado em economês de capital humano, incrementado pela educação de Paulo Renato e preservado pela saúde de Serra. No meio termo, temos programas que combinam aspectos compensatórios com estruturais, como o bolsa-escola implan-

tado a muitas mãos, e recém-difundido para os diversos recantos do Brasil pelas mãos femininas encarregadas do projeto Alvorada. O bolsa-escola é uma política mista que suaviza o fluxo de consumo dos agentes ao longo do tempo, dando o peixe hoje e garantindo a boa pesca de amanhã, tal como na escolha padrão de Robinson Crusoe dos livros-textos de economia.

O tema social é tão explosivo do ponto de vista político, que o melhor é ficar no campo das evidências palpáveis. Senão vejamos: no mapa do fim da fome lançado pela FGV, demos destaque aos R\$ 36 mensais correspondentes a transferência média mínima em direção aos indigentes para que a fome dos 50 milhões de miseráveis fosse aliviada até o mês seguinte. A hipótese subjacente no cálculo dessa média é que cada indigente recebesse apenas o suficiente para içá-lo até a linha de R\$ 80 mensais. Por exemplo, quem recebesse a renda de R\$ 1 ganharia R\$ 79, e vice-versa. Enquanto quem recebesse renda acima de R\$ 80 não receberia nada: Agora, existem outras formas básicas de financiar o um real adicional de cada dia por indigente.

A versão de financiamento compensatória corresponderia R\$ 15 (na verdade, R\$14,84) médios a serem pagos pelos não indigentes para que a miséria fosse perfeitamente aliviada a cada mês. Obviamente, se mudamos a linha de miséria arbitrada mudariam também as contribuições necessárias. Por exemplo, se a linha fosse R\$ 8 a contribuição média mensal seria de R\$ 0,15. Ao passo que a linha fosse de R\$ 160, esta seria de R\$ 97. Em todos os casos, seria razoável escalonar a estrutura de contribuição para diferenciar o agente remediado daquele que está mais bem de vida. Uma possibilidade simples seria usar critério semelhante ao dos recebimentos dos indigentes e escalonar o pagamento de forma proporcional ao excesso de renda em relação a um valor situado além da linha de miséria.

Já na perspectiva estrutural, ou de busca de impacto permanente na miséria, calculamos o estoque de riqueza a ser transferido aos indigentes correntes para que obtivessem acesso a um fluxo perpétuo de pelo menos R\$ 80 mensais. Digamos a título de exemplo, a criação de contas individualizadas de um fundo de combate à miséria

ou a acumulação de anos adicionais de estudo. A matemática é simples: correspondendo ao fluxo de renda desejado dividido pela taxa de retorno do ativo. Se aplicássemos os 0,5% ao mês da caderneta de poupança, o ativo popular por excelência, os R\$ 15 (R\$ 36) que deveriam ser pagos (recebidos) em média pelos não indigentes (indigentes) corresponderiam a um

### Quanto maior o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se eliminar por completo a fome

ativo de R\$ 3000 (R\$ 7200). Cabe lembrar que a taxa de juros real mensal da maioria dos programas de microcrédito no Brasil tem se situado em torno de 3,5% a.m. e a inadimplência tem sido na maioria das vezes baixa. Se a taxa de retorno do ativo fosse de 2% a.m. a transferência média de capital paga ao (recebida pelo) miserável cairia para R\$ 750 (R\$ 1800), quase o valor de um computador novo (usado).

Este exemplo é pedagógico pois frisa a importância, como objeto de política pública de natureza estrutural, não só do volume de capital transferido bem como da sua respectiva taxa de retorno. Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural capaz de eliminar a fome.

Todos casos analisados correspondem a um cenário de focalização perfeita sem problemas de vazamento ou de incentivos, servindo apenas como uma base ideal de comparação para ações concretas. Antes de vermos pacotes de comida caindo dos céus como no Afeganistão de hoje, ou de computadores caindo de pára-quedas nas favelas, cabe lembrar a importância da participação das comunidades envolvidas na construção do seu caminho para fora da miséria.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br